



RELAÇÕES BRASIL - EUA: ATUALIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO

Thomas O. Enders

Ninguém pode retornar ao Brasil — ninguém pode voltar a São Paulo — sem uma sensação de regozijo.

Apesar dos problemas a serem enfrentados e solucionados, apesar dos momentos difíceis dos próximos dois ou três anos, é impossível não acreditar que a promessa original do novo mundo — de mudança e criatividade, e de um destino excepcional — parece intacta aqui.

Por uma década — ou mais — o Brasil vem seguindo a sua firme trajetória para a frente: expandindo, diversificando e modernizando a sua indústria e agricultura, e unindo esta vasta nação por meio de ambiciosos projetos nas comunicações, nos transportes e no desenvolvimento de suas fronteiras. Este notável desempenho deu forma ao desafio que o Brasil enfrenta hoje: administrar sabiamente as forças desencadeadas pelo seu próprio dinamismo.

Os Estados Unidos, por seu lado, encontram-se atualmente restaurando o

seu próprio dinamismo. O Presidente e o Congresso acabam de completar o realinhamento maciço de nossas prioridades econômicas. O orçamento federal para o novo ano fiscal foi cortado em 41,4 bilhões de dólares, com outros cortes substanciais previstos para os próximos anos. Os impostos, tanto para a pessoa física como para a pessoa jurídica, e acima de tudo os que afetam os investimentos, foram todos reduzidos este ano, para 1982, e também para 1983.

Essas medidas deverão redirecionar, da área estatal para a área privada, talvez um total que se eleva a 750 bilhões de dólares até o fim do ano fiscal de 1986.

O objetivo do Presidente Reagan não é um reajuste útil mas temporário em um determinado estágio do ciclo econômico. Trata-se muito mais de uma mudança profunda, a longo prazo, para restaurar a vitalidade de uma nação produtiva. As suas diretrizes estão baseadas em sua confiança no futuro americano. E o apoio que ele tem recebido demons-

tra que os Estados Unidos têm a disciplina e a coragem de deslocar recursos escassos do consumo para a produção — e para a defesa nacional.

A segunda maior prioridade do Presidente é reconstruir o nosso poderio militar. Sendo insuperáveis em quase todas as dimensões de força na década de sessenta, vimos a nossa liderança diminuir ou desaparecer em setor após setor, ao mesmo tempo em que tentávamos fazer ver à União Soviética que ambos poderíamos beneficiar-nos do deslocamento de recursos militares para usos pacíficos. A resposta soviética foi o aumento de suas capacidades estratégicas e bélicas, bem como a busca de meios de projetar o seu poderio militar no mundo em desenvolvimento.

Agora queremos demonstrar sem nenhuma ambigüidade que não há alternativa para a paz. Queremos tornar claro que um desafio a nós ou a nossos aliados teria um custo inaceitável. Estamos somando esforços para dissuadir um ataque nuclear ou convencional em qualquer área geográfica, especialmente na Europa e no Oriente Médio. Os planos do Presidente exigem que aumentemos a porcentagem do nosso orçamento total para a defesa de 5,7 para 7,0 por cento entre os anos fiscais de 1981 e 1986 — o que representa um aumento de 184 bilhões de dólares, em dólares de 1981, para um dispêndio cumulativo de defesa, naqueles anos, bem superior a um trilhão de dólares.

Ao mesmo tempo, o Presidente está empenhado em diretrizes que aumentem a nossa produção de energia nos Estados Unidos e reduzam a nossa dependência de importações de petróleo estrangeiro. Já no ano passado, nossas importações caíram mais de 25 por cento desde a ci-

fra máxima de 1977. Este ano, estão ainda mais baixas.

O Presidente Reagan descreveu este novo começo como uma "Renascerça Nacional". Os Estados Unidos vibram com um renovado sentimento de determinação nacional — e de liderança internacional.

Com essas diretrizes firmemente estabelecidas, e com o apoio do Congresso, temos agora uma estrutura por meio da qual podemos tratar de nossas relações com outras nações. Temos um Presidente responsável por este governo, com o devido apoio parlamentar estabelecido no Congresso e sustentado por uma nação que reage favoravelmente à sua liderança.

O resultado é uma política externa que reflete valores nacionais e resoluções — e que tem maior flexibilidade do que em qualquer época da geração passada.

Atingimos, portanto, uma conjuntura em que nossos países têm consciência desse potencial — o Brasil, após uma atividade contínua, os Estados Unidos após agitados anos de incerteza.

Talvez esteja na hora de revitalizar nosso relacionamento — é tempo de melhorar a coordenação e a cooperação — é tempo de efetuar consultas em um âmbito cada vez mais amplo de questões — é tempo, não de nostalgia, mas sim de construção de novos laços.

Compartilhamos com o Brasil uma tradição ocidental, um compromisso de proporcionar oportunidade para o aperfeiçoamento do indivíduo, e uma crença na tolerância mútua numa sociedade multinacional. E a "abertura" do Brasil — o esforço em prol da democracia que inspirou o respeito e a esperança — reforça esta afinidade fundamental. É portanto particularmente apropriado que os

Estados Unidos, tendo estabelecido um novo rumo, se voltem para o Brasil.

Sabemos, além disso, que o Brasil é um país em desenvolvimento — um dos mais bem sucedidos do mundo. É notável quão decisivamente o Brasil tem agido para combater os efeitos atuais do balanço de pagamentos, resultante dos dois grandes choques do petróleo, desenvolvendo novas fontes de energia, melhorando a eficiência do consumo energético por empresas e lares, e conseguindo novas exportações para a concretização do potencial fenomenal desta nação singular.

Embora todos saibamos que todos os líderes brasileiros enfrentam no momento uma série de difíceis problemas econômicos, ninguém pode duvidar de que o Brasil manterá uma elevada taxa de crescimento por muitos anos, e mesmo no próximo século. Em um mundo cada vez mais frágil, esta é uma perspectiva reconfortante, porque a história e a política externa do Brasil deixam claro que o poderio do Brasil será dedicado ao progresso e à paz mundial.

Em resumo, o Brasil e os Estados Unidos situam-se entre os relativamente poucos países que têm a força e a coerência de conduzir políticas externas em um contexto mundial.

E apesar de nossas perspectivas muitas vezes diferentes, o nosso compromisso no cenário mundial tem pelo menos quatro importantes elementos em comum:

Primeiro, enfrentamos um desafio comum de promover a prosperidade mundial. O futuro, para nossos países, depende da hábil administração de relações econômicas e políticas com o resto do mundo. Conforme declarou o Ministro Saraiva Guerreiro em Cancun, no princípio deste mês: "Os países em de-

envolvimento são cada vez mais relevantes para funcionamento básico da economia mundial."

Isto não significa que nossas respectivas maneiras de agir ou diretrizes possam ou venham a ser as mesmas. E alguns aspectos específicos da economia americana — tais como elevadas taxas de juros — e digo aspectos porque não é política dos Estados Unidos manter as taxas de juros elevadas — este é apenas um dos custos da inflação excessiva — podem criar problemas no Brasil.

Mas existe uma complementaridade mais profunda. Uma economia forte e produtiva nos Estados beneficiará todos os nossos parceiros comerciais e todos os que confiam no sistema monetário internacional para financiar o comércio, os investimentos, e o desenvolvimento. O Brasil ocupa um lugar de destaque em ambas as listas.

Nossa conservação de energia aumenta os suprimentos globais disponíveis para outros países — como o Brasil — que, apesar do êxito na redução do consumo, também precisam importar petróleo. E, à medida que nós também mantivermos um crescimento constante, pretendemos manter abertas as negociações comerciais para que outros países, e especialmente os países em desenvolvimento, possam competir para usufruir os benefícios totais daquele crescimento. E isto se torna ainda mais importante neste momento, porque o comércio internacional decresceu tão abruptamente.

E, em minha opinião, os Estados Unidos e o Brasil, sendo duas das forças mais importantes no mercado monetário internacional, têm a responsabilidade comum de manter as condições sob as quais o fluxo de capital em larga escala, da poupança ao investimento — estando

o último muitas vezes num país em desenvolvimento — pode ser mantido.

Além disso, os Estados Unidos e o Brasil estão entre os únicos três ou quatro países que poderiam contribuir substancialmente para solucionar o presente problema da fome mundial. Nossa grande capacidade de produzir além de nossas necessidades imediatas cria interesses humanitários e comerciais comuns que perdurarão até o final deste século, e bem além do próximo.

Segundo, nenhum de nossos países pode permanecer indiferente ao destino de outras nações neste hemisfério. Nenhum de nós estaria livre de ser afetado se um de nossos vizinhos fosse vítima de uma depressão econômica, ou se tornasse sujeito ao domínio político externo, ou ainda fosse atacado por forças internas insurgentes organizadas, treinadas e armadas por uma potência estrangeira.

Isto não significa que o Brasil e os Estados Unidos fariam necessariamente a mesma análise da situação, ou que previssem a mesma solução, ou, acima de tudo, que decisões coordenadas entre nossos dois países, sem a consulta a outras nações, seriam sábias ou adequadas. Mas acho que os nossos interesses dentro do hemisfério são tão grandes que deveríamos manter-nos em contato estreito quando surgissem problemas.

Os Estados Unidos estão preocupados, por exemplo, com a situação na Bacia do Caribe. Por um lado a condição que é comum a muitos países — altos preços do petróleo e preços baixos ou em declínio de todas as outras mercadorias — espalhou a depressão naquela área. Por outro lado, um país — Cuba — está tentando manipular os assuntos internos de seus vizinhos, incentivando se-

cretamente as forças de insurreição armada.

Acreditamos que é importante assegurar não somente que aqueles que ameaçam a Bacia do Caribe sejam desmascarados, mas que se dê atenção às vulnerabilidades sócio-econômicas. Estamos buscando energicamente maneiras de unirmo-nos com os países atingidos e com os países interessados para elaborar e executar um plano de ação que possa restaurar o crescimento constante em uma região que interessa a ambos os nossos países. As inovações brasileiras no uso do álcool — se puderem ser usadas nas áreas produtoras de cana-de-açúcar daquela região — poderão diminuir a dependência energética e aumentar a oferta de emprego.

Terceiro, nossas nações estão interessadas na preservação da segurança do Atlântico Sul. Metade do comércio marítimo mundial de petróleo é transportado através do Atlântico Sul, vindo do Oriente Médio e da África Ocidental. A manutenção deste fluxo é vital.

Seria errôneo extrapolar desse interesse compartilhado para sugerir que algum tipo de pacto militar do Atlântico Sul deveria ser estabelecido. Esta não é a política dos Estados Unidos. Pelo que sei, também não é a política do Brasil. Na verdade, a ameaça é apenas potencialmente militar.

O perigo imediato agora é representado pelos eventos políticos na África — o risco de que as tensões regionais e a polarização possam aumentar e, em última análise, incentivar as oportunidades militares soviéticas e cubanas ao longo da costa ocidental da África. É por isso que os Estados Unidos encabeçam o reinício das negociações sobre a independência da Namíbia e tentam encontrar

uma solução para a luta armada em Angola.

Os riscos são altos demais, as ameaças a nossos interesses grandes demais e os ônus para os povos da África pesados demais para que nos afastemos desses desafios.

Sugiro que utilizemos e, talvez, que incentivemos os canais de comunicação existentes para termos certeza de que os esforços de cada um de nossos países no Atlântico Sul se apoiem ou se complementem mutuamente, e sejam adequados à tarefa a ser cumprida.

Quarto, temos as mesmas preocupações sobre a intervenção soviética no Afeganistão, sobre a pressão que o poderio soviético exerce na Polônia, e sobre o impacto da ambição militar soviética no equilíbrio de poder na Europa. A preocupação vital com o suprimento de petróleo pelo Oriente Médio, do qual ambos dependemos, é comum a nossos dois países.

Ambos sabemos que os anos oitenta serão uma década particularmente perigosa. O poderio militar soviético estará no seu ponto máximo, enquanto a sua vitalidade econômica entrará em inevitável declínio. A URSS precisa enfrentar uma mudança de liderança. O desafio ao seu domínio dentro de sua própria esfera de influência será intensificado. Precisamos exercer vigilância para que a União Soviética não procure encontrar soluções militares para o círculo crescente de dificuldades no qual estará envolvida.

Deixem-me agora falar sobre nossas relações bilaterais. Em geral, creio que nossos assuntos bilaterais estão agora sendo tratados de forma a proporcionar apoio mútuo, com sensibilidade para os interesses um do outro. Embora isto não tenha sempre ocorrido no passado, é as-

sim que deve ser. Mas a riqueza de nossos laços pode também proporcionar muitas oportunidades para a renovação. Quando o Ministro Saraiva Guerreiro e o Secretário de Estado Haig aproveitaram o ensejo do encontro em Cancun para discutir nossos relacionamentos, eles estavam dando continuidade a uma prática já habitual aos líderes americanos e brasileiros do Executivo e do Congresso. Temos um mecanismo consultivo em funcionamento — sobre questões comerciais, e para a promoção da cooperação em áreas tais como a agricultura e a ciência e tecnologia. Nossos serviços militares consultam-se regularmente — as manobras anuais da Unitas têm se efetuado sem interrupção nos últimos 22 anos.

E juntamente com essas relações oficiais extensas existem também os maciços laços do setor privado. Até o final de 1979, os investimentos americanos diretos no Brasil atingiram mais de sete e meio bilhões de dólares. O comércio Brasil—Estados Unidos aumentou de 1.7 bilhões de dólares em 1970 para mais de 8.3 bilhões de dólares em 1980. Este volume de comércio naturalmente leva a problemas sobre os quais realizamos consultas constantes — mas também estimula a produção e eleva os padrões de vida em ambos os países, criando constantemente novas oportunidades.

Menos aparente é o fato de que os oito vôos diários entre os Estados Unidos e o Brasil transportaram mais de 600.000 viajantes no ano passado. Na verdade, nossos cidadãos parecem ter uma fascinação cultural mútua que vai muito além da apreciação do Brasil pela música rock ou da apreciação americana pelo carnaval. Eles não somente gostam da música, da arte, da literatura e do cinema um do outro, eles se identificam

com eles. As interações entre nossas universidades e professores estão aumentando a cada ano.

— Ao mantermos esses contatos oficiais e privados extraordinários, creio que ambos estamos convencidos de que precisamos lidar um com o outro em base de igualdade e de cooperação, ao mesmo tempo respeitando a diversidade manifesta de nossas diferenças, em nosso estágio de desenvolvimento, em nossas instituições e em nosso enfoque dos assuntos internacionais.

Uma maneira importante através da qual podemos manifestar esse respeito é lidar com cada questão por seus próprios méritos, sem tentar ligá-la a outras questões. Esta é a maneira de agir entre amigos, confiantes em sua força, e tendo confiança mútua. E estamos envolvidos em tantos assuntos, que ao associar problemas de um setor com problemas de outro estaríamos correndo o risco de impedir ao invés de promover o progresso.

Mas também acredito que deveríamos realizar consultas mais completas e amplas a respeito de ações que afetam os interesses nacionais de nossos países. Esta é uma prática que surgiu no passado — se bem que com alguns altos e baixos — especialmente nas áreas do comércio e das finanças, onde a maior expansão do comércio e dos investimentos é um interesse comum muito importante. Mas nem sempre foi assim. Houve omissões de ambas as partes.

Deveríamos procurar dar novo significado e novo ímpeto a esse objetivo. É propósito do Governo Reagan trabalhar em estreita colaboração com o Brasil. Espero que tenhamos sempre em mente a importância da consulta sobre as muitas questões que nos afetam — pois questões como a do Diálogo Norte-

Sul ou a estabilidade no Oriente Médio podem ser tão importantes quanto questões puramente bilaterais.

O emprego de mecanismos internacionais estabelecidos pode completar nossas relações bilaterais. A ONU e a OEA e suas agências especializadas são importantes canais para a coordenação multilateral. Na arena econômica, o GATT, o FMI, a Conferência sobre o Direito do Mar e outras instituições internacionais freqüentemente proporcionam a estrutura para a solução prática de problemas, o que é essencial à ordem internacional da qual ambos dependemos. Porém, por mais importante que seja interagir positivamente na arena multilateral, é a força do relacionamento bilateral que definirá quão construtivamente poderemos trabalhar juntos nas próximas décadas.

Há mais ou menos 160 anos, os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil. Hoje, temos a mesma consciência de que o Brasil e os Estados Unidos, cada um dentro de sua maneira própria e característica, caminham rumo a um destino excepcional.

De nossa parte, acreditamos que o mundo ganhará muito mais em consequência de um relacionamento Brasil-Estados Unidos, estruturado sobre nossos interesses básicos comuns, do que de um relacionamento que enfatize diferenças momentâneas.

Ambos possuímos povos hábeis e ativos, os recursos naturais, a estabilidade política e a posição estratégica que a história exige das grandes nações. Os Estados Unidos e o Brasil têm grande parte do potencial mundial para o desenvolvimento futuro.

— No entanto, ambos enfrentaremos fases difíceis no futuro, tanto econômicas

como políticas. Talvez possamos ajudar-nos mutuamente mais do que agora — para atravessarmos esses mares turbulentos.

Talvez haja chegado o momento de atualizar, de revitalizar e intensificar nosso relacionamento. De nossa parte, acreditamos que chegou.

Thomas O. Enders é Secretário de Estado-Adjunto dos EUA para Assuntos Interamericanos. Discurso pronunciado na Câmara Americana de Comércio de São Paulo em 19 de agosto de 1981.

Joel Maria Nogueira Ramos

PARA O DESENVOLVIMENTO

PARA A SEGURANÇA

Os Estados Unidos são o primeiro país do mundo a reconhecer a importância da segurança econômica e social para o desenvolvimento sustentável. A segurança econômica é a base para o desenvolvimento sustentável. A segurança social é a base para a estabilidade política. A segurança econômica e social são a base para a segurança nacional. A segurança nacional é a base para a segurança internacional. A segurança internacional é a base para a paz mundial.